

**LEMBRANÇA DE IDOSOS, LINGUAGEM E MEMÓRIA COLETIVA NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO QUENTA SOL (TREMEDAL /BA):
UM ITINERÁRIO DE PESQUISA.**

GILDÁSIO ALVES DOS SANTOS¹

A comunidade do Quenta Sol, localizada na zona rural do município de Tremedal (Bahia), faz parte do universo de localidades legitimamente reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares enquanto remanescente de quilombos. Fundada em 1920 por Joaquim Conrado Pedro da Silva, um filho de escravo que morreu em 1969 aos 83 anos de idade, o Quenta Sol tem como principal atividade econômica a agricultura. A maior parte das setenta e nove famílias que moram na localidade sente-se discriminada etnicamente e ainda não têm acesso aos serviços de água tratada e luz elétrica, sofrem com o analfabetismo e a falta de oportunidades de trabalho.

Em 2006 foi iniciado o processo de mobilização visando o auto-reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo. Para reconstruir a memória coletiva da época da escravidão a matéria-prima foi a lembrança das pessoas mais idosas.

O conhecimento da comunidade se deu por intermédio do Instituto Mata de Cipó e desencadeou uma série de reflexões: quais os possíveis choques geracionais a partir do processo de auto-reconhecimento?; essa nova realidade está modificando a imagem que os jovens possuem em relação aos idosos?; e como a lembrança e a linguagem destas pessoas estão provocando mudanças nas práticas sociais comunitárias?

Durante o trabalho constatei que os procedimentos para a certificação das comunidades quilombolas haviam sido reformulados. Até dezembro de 2003, o processo de reconhecimento era regulado pelo Decreto nº 3.912, de 10/09/2001. Nele, o Governo Federal exigia comprovação documental da descendência de escravos fugidos e da posse histórica ininterrupta sobre o território. Estabelecia diversas instâncias de chancela, com duração mínima de oito meses. Além disso, a necessidade de laudo

* Mestrando em Cultura, Educação e Linguagens, na linha de pesquisa Linguagens e Práticas Sociais, sob a orientação da Prof. Dra. Avanete Pereira de Souza, e Professor Especialista em Educação, Cultura e Memória, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

antropológico era outro empecilho, uma vez que a Fundação Palmares não dispunha de antropólogos suficientes para realizar esta tarefa.

Em janeiro de 2003, algumas reivindicações do movimento negro começaram a se concretizar, a exemplo da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. Com a publicação do decreto nº 4.887/03², a auto-identificação passou a ser o critério principal para certificar uma comunidade na condição de quilombola, sem representar ruptura com os princípios da antropologia (ANDRADE,1998: 18).

Do ponto de vista antropológico, o depoimento oral dessas comunidades, a explicação que dão para a sua origem, é tão válido como os documentos históricos, muitas vezes inexistentes.

E é exatamente a partir de depoimentos orais das pessoas mais idosas da localidade, e com o suporte especializado, que a história de cada comunidade passa a ser recontada. O objetivo é verificar nos depoimentos indícios de que os fundadores da comunidade foram ou tiveram alguma ligação com escravos ou ex-escravos. Estas informações são compiladas num documento chamado de Carta de Auto-reconhecimento. Como a maioria dos moradores dessas localidades é composta de analfabetos, entram em cena as organizações não-governamentais como agentes intermediários entre a comunidade e o Estado que implantou a política pública de titulação dos quilombolas.

A nova identidade, quilombola, nasce a partir da narração dos idosos, não importando aí a veracidade dos fatos. As entrevistas trazem à tona as origens, os acontecimentos marcantes, as expressões verbais e até mesmo os resquícios da cultura material, que por ventura tenham sido abandonados pelas novas gerações. Para avaliar melhor esse fenômeno, uma boa referência é o sociólogo alemão Norbert Elias que aponta que nas sociedades industriais o processo de envelhecer produz uma mudança

² Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, artigo 2º).

fundamental na posição de uma pessoa na sociedade, e, portanto, em todas as suas relações com os outros (ELIAS, 2001: 83-84). Esta linha de abordagem pressupõe que

não é incomum que as gerações mais jovens, ao chegar ao comando, trate mal a mais velha, às vezes até com crueldade. (...) O envelhecimento geralmente é acompanhado pelo esgarçamento desses laços familiares e ultrapassam o círculo familiar mais estreito.

A partir dessa leitura sociológica, é possível fazer o seguinte comparativo: enquanto na sociedade europeia, os idosos estão sendo deslocados para os bastidores da vida social, nas comunidades quilombolas o movimento pode ser o inverso. Os idosos saem de uma situação de desprezo e, conseqüentemente, a comunidade vai experimentar um momento de redescoberta e valorização das pessoas mais idosas e de suas práticas sociais.

Com o aval da comunidade, a carta de auto-reconhecimento é enviada para a Fundação Cultural Palmares. Sendo confirmada, é emitida uma certidão de auto-reconhecimento e os moradores da localidade passam a gozar dos benefícios assegurados aos quilombolas pela Constituição Federal de 1988.

Para alcançar essa nova perspectiva social cada grupo faz um longo percurso visando assegurar a seu modo a transmissão de seus valores. A memória é o fundo de saberes que resguarda esse conjunto de informações vitais. Maurice Halbwachs acentuava a primazia da memória coletiva sobre a memória individual. Afirmava que é por intermédio do pertencimento a um grupo social que as pessoas podem adquirir, localizar e evocar as suas memórias. Le Goff (1982:57) apresenta a memória coletiva como instrumento e um objetivo de poder, pois.

As sociedades nas quais a memória social é principalmente oral, ou as que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, permitem melhor compreender esta luta pelo domínio da recordação e da tradição, esta manipulação da memória.

Partindo desta compreensão, podemos refletir criticamente sobre as comunidades quilombolas em que a memória individual dos idosos é retomada para a

construção da memória coletiva. Nesse caso as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente (CONNERTON, 1999:4).

E foi justamente a reflexão crítica desencadeada durante a experiência na comunidade do Quenta Sol que possibilitaram a construção de um projeto inicial de pesquisa.

A proposta tem como objetivo principal analisar a importância da lembrança de idosos e da linguagem para a construção da memória social da comunidade quilombola do Quenta Sol, e as transformações ocorridas nas práticas sociais da comunidade a partir do processo de auto-reconhecimento.

Além disso, a investigação tem os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar a posição social que as pessoas idosas ocupam na comunidade do Quenta Sol, em Tremedal;
- Analisar a influência de organizações governamentais e não-governamentais no processo de construção da memória coletiva da comunidade;
- Definir a importância da lembrança de idosos e da linguagem enquanto mecanismos de construção da memória coletiva;
- Pesquisar como os relatos geracionais influenciam as práticas sociais na comunidade quilombola do Quenta Sol.

Para alcançar estes resultados, neste projeto pretende-se fazer uma abordagem interdisciplinar para contextualizar os debates sobre o objeto de pesquisa e facilitar a sua compreensão.

Neste percurso, o primeiro conceito apresentado é o de quilombo. Carneiro (1988:13-14) no clássico O Quilombo dos Palmares, fez a seguinte conceituação:

O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida dos africanos. Os quilombos, deste modo, foram – para usar a expressão agora corrente em etnologia – fenômeno *contra-aculturativo*, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos.

A palavra quilombo é de origem banto e, durante o período colonial no Brasil, foi usada para designar o ajuntamento de escravos fugidos (MOURA, 2004: 334). Outro aspecto que a historiografia tradicional associou aos quilombos foi a idéia de

isolamento social. Flávio Gomes, contestando tal definição, vai afirmar que a relação dos quilombos com a sociedade envolvendo, e não seu isolamento, explica sua formação e sobrevivência (REIS & GOMES, 1996: 19). João José Reis compartilha desse ponto de vista acrescentando que sua composição interna envolvia libertos desertores, índios e brancos (REIS, 2004).

Contrariando as autoridades coloniais e sob forte repressão, a experiência dos quilombos e de outros movimentos de resistência se espalhou por todo o espaço geográfico brasileiro. No entanto, o negro sempre fez parte do crescente número de pessoas marginalizadas, mesmo após momentos cruciais da história política brasileira (MOURA, 1988: 24-25).

Uma série de mobilizações contribuiu para a divulgação das lutas dos negros (LEITE, 2000: 340). Um dos momentos marcantes dessas mobilizações foi durante a Assembléia Nacional Constituinte quando foi aprovado o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal 1988.³

A tentativa de negação deste direito esteve amparada em uma visão da historiografia tradicional que definia que os quilombos seriam uma realidade do passado (SILVA, 1998: 6). Em outubro de 1994, acionada pelo Ministério Público, a Associação Brasileira de Antropologia elaborou um novo conceito de remanescente de quilombo em que os remanescentes de quilombos passaram a ser tomados enquanto grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um terreno próprio (O'DWYER, 2002).

Outro conceito que lança luzes para esta pesquisa é o de *neocomunidades*, caracterizadas de forma mais evidente pelo uso de técnicas e saberes modernos na reconstrução de territórios e saberes do passado (LIFSCHITZ, 2006: 9). Manifestam-se na dinâmica das culturas locais e incorpora agentes externos a vida da comunidade. O papel dos agentes externos é de identificar e selecionar os elementos que servirão de pilares da nova identidade social. E muitas vezes a tradição é usada para justificar uma suposta ancestralidade e continuidade histórica em relação a determinados acontecimentos. No caso das comunidades quilombolas, ao fazer a conexão com a

³ “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, art. 68, ADCT.

época da escravidão e aos movimentos de resistência, o que se busca é utilizar a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal (HOBBSAWM, 1997: 20).

Logo é possível trabalhar com o conceito de memória enquadrada (POLLAK, 1989: 9-10) que se adequa às necessidades atuais das comunidades remanescentes de quilombo. O que se busca é reinterpretar a história conferindo a certos episódios novo peso e significado para a comunidade. A herança da escravidão, que anteriormente causava medo e vergonha, passa a ser vista dentro de um novo contexto e com a utilização do método de história oral, as pessoas refletem sobre sua trajetória de vida.

Para a realização desta pesquisa pretendo trabalhar com algumas categorias que, a princípio, servirão de aporte teórico. A principal categoria de análise é a memória. Ela ganha importância no momento em que deixa de operar no plano individual e assume a dimensão coletiva (HALBWACHS, 1991: 51). Por isso, confere identidade ao grupo, dando a ele elementos para uma reflexão consciente (WICKAM, 1992: 41).

Porém, a memória não se molda perfeitamente à lógica das “provas” documentais. Muitas vezes ela só pode ser “recuperada” factualmente, legitimada frente às autoridades, com a assistência sistemática de peças documentais. [...] é comum que ambas – a memória dos grupos, de um lado, e documentação histórica de outro – estejam em total desencontro, produzido pelos jogos de claro e escuro que são definidos nos contextos de enunciação. [...] é justamente essa a necessidade das gerações que se sucedem: formular novas perguntas ao passado, encontrar novas áreas de simpatia na medida em que revivem distintos aspectos das experiências de suas predecessoras. Se o passado não muda, a história, ao contrário, é feita sempre no presente e para o presente, provocada pela paisagem, condicionada pela prática social (ARRUTI, 2006, p.193.)

Neste contexto, o idoso é visto, simultaneamente, enquanto uma categoria social e um elo entre gerações, apesar da sociedade moderna desvalorizar a lembrança e desapossar a velhice de seu dom à sociedade e à cultura (BOSI, 1994).

Isso contraria até mesmo os procedimentos adotados pelas políticas públicas de inserção social de populações tradicionais. Um dos critérios para defini-las, além do modo de vida, é sem dúvida o de reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. Esse auto-reconhecimento revela uma identidade construída ou reconstruída (DIEGUES, 2000).

Neste caso é que se enquadram as comunidades rurais negras criadas por escravos ou descendentes. Em consonância com a estratégia de acesso ao Programa Brasil Quilombola⁴, essas comunidades se assumem enquanto remanescentes de quilombos, mesmo que esta memória seja remota ou carente de motivações culturais na atualidade.

Vale ressaltar que na comunidade quilombola a fala é a principal forma de expressão dos idosos e serve como um mecanismo de transmissão dos seus saberes para a posteridade. Isso significa que a utilização dos depoimentos de pessoas da terceira idade na construção da memória coletiva representa uma força unificadora que confere identidade (PORTER, 1993: 16), resgata tradições e costumes e influencia as práticas sociais.

Para elucidar as categorias citadas acima, durante a pesquisa farei uma revisão bibliográfica mais aprofundada e atualizada sobre o objeto, consulta ao acervo documental disponível, a coleta de depoimentos e histórias de vida, além do registro fotográfico da comunidade. Também serão aplicados formulários com questões abertas para obter informações esclarecedoras sobre a comunidade.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Lúcia. Terra de Preto. Revista Caros Amigos, São Paulo, número 14, p. 18-23, maio/1998.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____, _____. O Tempo Vivo da Memória. São Paulo. Ateliê Editorial. 2004.

BURKE, P.; **PORTER**, R. (Org.). Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem. Trad. A. L. Hattner. São Paulo: Ed. da Unesp, 1993.

⁴ A iniciativa governamental que se destaca pela ampliação da reflexão sobre a situação real das comunidades negras é o Programa “Brasil Quilombola” do Governo Federal, inaugurado em 2004. Seguidas ao reconhecimento, viriam as políticas públicas de reparação (quase indenizatória), em forma de benefícios para melhorar a qualidade de vida da comunidade. Esse reconhecimento deve garantir atenção especial à comunidade, o acesso aos programas públicos em nível municipal, estadual e federal, como por exemplo: “Luz para Todos”, construção de escola, cisternas, programas de geração de renda familiar, empréstimos bancários e outros programas realizados por Organizações Não-Governamentais (OLIVEIRA, 2010: 122).

- CARNEIRO**, Edison. O Quilombo dos Palmares. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1988.
- CONNERTON**, Paul. Como as sociedades recordam. Oieras, Celta, 1999.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: 1988**. 21. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.
- DIEGUES**, Antonio Carlos. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- ELIAS**, Norbert. A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro/RJ; Jorge Zahar, 2001.
- FENTRES**, James e **WICKHAM**, Chris. Memória Social: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.
- HOBSBAWM**, Eric et all. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- HALBWACHS**, Maurice. A Memória Coletiva. Vértice Editora, São Paulo-SP, 1990.
- LE GOFF**, Jacques. História e Memória. II Volume. Lisboa, Edições 70, 2000.
- LEITE**, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.
- LIFSCHITZ**, Javier Alejandro et all. Neocomunidades: reconstruções de saberes. Rio de Janeiro, Editora FGV: 2006.
- MOURA**, Clóvis. Rebeliões da Senzala. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- O'DWYER**, Eliane C. (org). Quilombos – identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- OLIVEIRA**, Célio Augusto de. Quenta Sol: A história e a memória de uma comunidade através da sua oralidade. Franca-SP: Unesp, 2010.
- POLLAK**, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, Num. 3. , Editora FGV, 1989.
- REIS**, João José & **GOMES**, Flávio dos Santos (org). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- REIS**, João José. Os guerreiros negros de Alá. In: Revista Nossa História, Ano 1, nº 9, Biblioteca Nacional, 2004.
- SILVA**, Valdélino Santos. Rio das Rãs à luz da noção de quilombo. Revista Afro-Ásia, Centro de Estudos Afro-orientais, FFCH/UFBA nº 23, 2000.